

Introdução

A inclusão social de pessoas com deficiência, no Brasil, é um tema em efervescência e resulta da dialeticidade de múltiplos fatores. Em meio ao processo sócio-histórico, destacam-se as contribuições teóricas das Ciências Sociais e Humanas, que se entrelaçam, dando suporte e força política aos movimentos sociais organizados por essas pessoas em defesa dos seus direitos. Esses segmentos sociais desafiam o poder público, se fortalecem e se tornam visíveis, falando de si e de suas necessidades, sob a máxima ***Nada Sobre Nós Sem Nós***¹.

No Brasil, a mobilização da sociedade civil em busca dos direitos humanos de pessoas com deficiência se evidencia a partir dos meados do século XX, quando há registro de criação das primeiras instituições especializadas para o atendimento dessas pessoas: o Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) são exemplos. Além disso, as Campanhas Nacionais², ocorridas entre 1957 e 1960, em defesa da educação de cegos, surdos e deficientes mentais³ sob a liderança do Instituto Benjamim Constant, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Sociedade Pestalozzi do Bra-

¹ Lema internacional indicativo de que as organizações de pessoas com deficiência devem ser consultadas sempre que estiverem sendo desenvolvidos programas, padrões e normas para a acessibilidade.

² Refiro-me à Campanha de Educação de Surdos no Brasil (CESB, 1957), Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC, 1960) e a Campanha de Educação de Deficientes Mentais (CADEME, 1960).

³ Terminologia utilizada naquele momento histórico.

sil e APAE dão respaldo à organização da Educação Especial como uma modalidade de ensino voltada a pessoas com deficiência e transversal a todas as etapas e níveis de ensino – da Educação Básica ao Ensino Superior. Nesse contexto, os movimentos pela aceitação dessas pessoas também se evidenciam, com vista a integrá-las à sociedade. É possível observar que tal movimentação é acompanhada de mudanças terminológicas para designar todos aqueles que se diferenciam por seus modos singulares de apreender o mundo à sua volta e com ele se relacionar. São diferenças que resultam de alguma condição de deficiência sensorial, intelectual, mental ou física que apresentem.

No Ceará, os outrora intitulados desvalidos, nos primeiros cinquenta anos do século XX, passaram a ser denominados de excepcionais, numa tentativa de amenizar o significado da deficiência, pautado pelo paradigma médico-organicista-funcional. Na sequência histórica, foram adotadas,

[...] expressões como deficientes, portadores de deficiência, portadores de necessidades especiais. Apesar disso, são frequentes as manifestações constrangedoras de pessoas que não sabem como se referir ou se aproximar adequadamente daqueles que compõem os grupos de pessoas que apresentam diferenças resultantes de suas singulares condições (LEITÃO, 2010).

Tais denominações reveladas pela historiografia, ao longo das últimas seis décadas, baseadas em normas e valores sociais, situam esse contingente social em um lugar marginal, com intensa valoração negativa. É como se o tempo fosse delineando essa categoria de pessoas no esforço de amenizar a carga negativa por meio dos termos e expressões substituídos, mas que, na verdade, parecem manter, em sua essência, o estigma da deficiência (LEITÃO, 2008).

O Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, instituído em 1981, marca, no Brasil, a emergência de movimentos sociais organizados por pessoas com deficiência, que estimula reflexões, num convite ao abandono do conceito de deficiência sob o ângulo da falta, da perda ou diminuição funcional, para uma compreensão social e afirmativa. Sem negar a condição biológico-funcional que resulta em suas singulares condições sensorial, intelectual, física ou linguística, passam a adotar expressões afirmativas como pessoas com deficiência ou, tão somente, cegas, surdas, cadeirantes e outras denominações atualmente usuais. Sob esse paradigma, a afirmação das condições de deficiência dá suporte à passagem para as condições de possibilidades.

Atualmente, com o respaldo das Ciências Humanas e Sociais, o conceito de deficiência é posto em xeque pelos grupos organizados em associações de pessoas com deficiência ao se apropriarem dos estudos socioantropológicos que dão realce à diferença como “recortes de um mesmo tecido” (OMOTE, 1994).

Ao situar as ambiguidades sobre a compreensão que se tem da deficiência, o referido autor afirma que:

[...] a deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens certas diferenças [...]. A deficiência e a não-deficiência fazem parte do mesmo quadro, fazem parte do mesmo tecido padrão (OMOTE, 1994, p. 69).

A compreensão de que as deficiências são construções sociais trazidas por tais estudos e elaborações têm reflexo nas palavras da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, ao prefaciá-lo

texto que resultou da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁴. Diz a ministra:

estamos conscientes, por exemplo, de que hoje não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços (BRASIL, 2011).

Nesta perspectiva, as pessoas com deficiência são aquelas que se diferenciam por suas singularidades determinadas pela condição de deficiência que apresentam, seja de natureza física, sensorial e/ou intelectual. As transformações, que outrora eram centradas nas pessoas, voltam-se ao ambiente físico e social para garantir *o acesso para tudo a todos*⁵. É com tal compreensão que esse contingente social, minoritário, promove o reconhecimento de que a deficiência é um conceito em transformação, e que resulta de sua interação com o meio social. Certamente, esse entendimento fundamenta-se nas vivências de confronto e enfrentamento com as barreiras a ele impostas. São barreiras que se expressam das mais variadas formas, tais como as de ordem física, linguística, comunicacional e informacional, tecnológica, dentre outras, e que, certamente, têm como pano de fundo as atitudes inadequadas que influenciam uma organização social muitas vezes hostil, e que bloqueia a inserção plena dessas pessoas, em igualdade de oportunidades com as demais.

No contexto atual, as condições de deficiência parecem ser as mesmas, transformando-se os modos de se apresentarem e de serem compreendidas. Percebe-se facilmente que a convivência diária com pessoas com deficiência traz mudan-

⁴ Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 2007, na cidade de Nova Iorque (EUA). O Brasil aprovou o texto da citada Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

⁵ Preceito adotado pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

ças de atitudes grupais e individuais, até mesmo porque essas pessoas, ao revelarem suas possibilidades e autonomia, desfazem muitos mitos construídos socialmente em torno delas. É, portanto, razoável pensar que algumas atitudes preconceituosas voltadas aos “ditos deficientes” resultam, também, do desconhecimento acerca das singularidades que caracterizam as múltiplas condições de deficiência.

Assistem-se também, na atualidade, aos debates e embates relativos às políticas de inclusão educacional nas redes de educação, que abrangem todos os níveis e modalidades de ensino. Tais debates trazem, em seu conjunto, entrelaçamentos conceituais, que para este texto destaco a inter-relação de inclusão e acessibilidade. No senso comum, acessibilidade parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto, a acessibilidade, numa acepção mais ampla, é condição de possibilidade para a transposição de barreiras que entram a efetiva participação, com autonomia, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos vários âmbitos da vida social.

A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. E, mais, é uma questão de direito conquistado gradualmente ao longo da história social, e implica no respeito às diferenças e na identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras. E, ainda, acessibilidade é para todos, sobretudo, segundo o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, para as pessoas que possuem limitação para o desempenho de atividades, enquadrando-se nessa categoria aquelas com deficiência física, deficiência intelectual, deficiência visual (cegueira ou

baixa visão), deficiência auditiva (surdez ou audição reduzida), deficiências múltiplas e as que apresentam mobilidade reduzida.

Demandas por Acessibilidade na Universidade Federal do Ceará (UFC)

A amplitude da legislação brasileira⁶ atual no tocante às políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência fez surgir muitos programas por parte do governo federal. Em se tratando da inclusão escolar no âmbito do Ensino Superior, destaca-se o *Programa Incluir*, do Ministério da Educação (MEC/SESu), criado em 2005, que convoca as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para o compromisso com a inclusão educacional de pessoas que apresentem alguma condição de deficiência, oferecendo suporte para a criação de núcleos de inclusão. Este foi o marco institucional que impulsionou as IFES a avaliarem as suas condições de acessibilidade.

Na UFC, embora muitas ações já se fizessem presentes ou em desenvolvimento, destaca-se o *Projeto UFC Incluir*, contemplado em três chamadas públicas⁷ do MEC/SESu, que tinha como objetivo central a estruturação de um setor que garantisse as ações de inclusão de alunos no ensino superior. Dentre as muitas ações, destacaram-se a realização de Ciclos de Debates, oferta de cursos de Leitura e Escrita no Sistema Braille, de Língua Brasileira de Sinais e de Tecno-

⁶ Refiro-me aos Decretos que tratam especificamente do tema em foco. São eles os principais: Decreto nº 5.296/2004 (Regulamenta as Leis de nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000) e Decreto nº 5626/2005 (Regulamenta a Lei nº 10.346/2002).

⁷ Na primeira chamada, em 2005, a UFC é contemplada com Projeto UFC Incluir, sob a coordenação da professora Ana Karina Moraes de Lira e coparticipação das professoras Zilsa Maria Pinto Santiago e Vanda Magalhães Leitão. Mais duas versões desse Projeto foram submetidas à concorrência pública e aprovadas, em 2007 e em 2009, dessa feita sob a coordenação da professora Vanda Magalhães Leitão e coparticipação das professoras Ana Karina Moraes de Lira e Zilsa Maria Pinto Santiago.

logias Assistivas; adaptações de espaços físicos para a acessibilidade; implantação do Centro Digital para Alunos com Deficiência; e aquisição de equipamentos de tecnologias da informação.

Nesse contexto, o Magnífico Reitor da UFC, professor Jesualdo Pereira Farias, criou em novembro de 2009, a Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn), responsável por realizar estudos das condições de acessibilidade, com o fim de propor políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na UFC. A equipe, composta de professores das várias áreas do conhecimento, e de representação do segmento de servidor técnico-administrativo e de aluno com deficiência, realizou um intenso trabalho durante seis meses. Nesse período, foram compartilhadas expectativas e proposições, discutidos aspectos conceituais, realizados levantamentos e estudos das condições de acessibilidade.

Os levantamentos realizados pela CEIn permitiram a coleta de dados e informações parciais acerca das condições de acessibilidade na UFC, abordando os aspectos que dizem respeito às atitudes; condições físicas; tecnológicas; acesso ao conhecimento e a informações; formação de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos para a acessibilidade; e desenvolvimento de pesquisas e estudos realizados nos cursos de graduação e de pós-graduação. A esses levantamentos realizados por amostragem foram acrescentados os resultados de estudos anteriores⁸ acerca das condições pedagógicas oferecidas aos estudantes e depoimentos de servidores.

⁸ Esses estudos se referem à pesquisa intitulada “Quem são e como estão os estudantes com Deficiência na UFC”, realizada em 2006, coordenada pela professora Vanda Magalhães Leitão, como parte da programação do Projeto UFC Incluir (2005/2006) e a depoimentos de alunos e de servidores técnico-administrativos, que foram colhidos em reunião ampliada promovida pela Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn), em 9 de abril de 2010.

Tais estudos, levantamentos e escutas revelaram que as ações inclusivas voltadas a estudantes na UFC eram realizadas de forma pouco sistemática, contingente e emergencial, ocorrendo quase que exclusivamente sob a demanda daquelas pessoas com deficiência que nela ingressavam e que, por vezes, as condições em que se encontram os servidores ainda se apresentam inadequadas, à medida que enfrentam barreiras de natureza física, atitudinal e linguística.

No tocante à acessibilidade arquitetônica, os estudos evidenciaram que, em sua maioria, os prédios da UFC se apresentam fora dos padrões estabelecidos pela legislação vigente. Mesmo nas edificações mais recentes, ainda é possível se observar inadequações quanto aos padrões de acessibilidade. Nessa avaliação, é importante considerar que muitos dos equipamentos da UFC foram construídos há mais de 50 anos, quando os direitos das pessoas com deficiência não eram pautados nos debates e discursos da época, tampouco nos projetos. Apesar dos esforços realizados pela UFC para adequar sua grande área física, as ações ainda mantêm caráter emergencial e contingencial.

Mediante análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFC, pôde-se observar a quase inexistência de componentes curriculares que contemplem conteúdos relativos à temática da inclusão, acessibilidade ou condições de deficiência. Destacam-se como exceções a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) que, a partir do Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, passa a ser ofertada obrigatoriamente para os cursos de graduação na modalidade licenciatura e optativas para a modalidade bacharelado; Psicologia Aplicada aos Portadores de Necessidades Especiais de oferta obrigatória para o bacharelado em Psicologia; Desenho Universal como opção para o curso de Arquitetura e Urbanismo;

Educação Especial⁹, Educação Inclusiva e Fundamentos da Educação de Surdos de oferta opcional para os cursos de Pedagogia; e, Introdução à Educação Especial e Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais, disciplinas de oferta opcional para o curso de Educação Física, nas modalidades bacharelado e licenciatura.

Estudos muito recentes¹⁰ desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (Faced) da UFC no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado mostram que a significativa maioria dos docentes desconhece as singularidades dos processos de aprendizagem de seus alunos com deficiência, revelando a complexidade que é adaptar recursos e estratégias de ensino e de avaliação da aprendizagem, assim como ao que se refere às adaptações curriculares. Esses estudos demonstram as dificuldades que, em geral, têm os professores em lidar com os processos de avaliação da aprendizagem de seus alunos e, principalmente, com aqueles que têm alguma necessidade específica resultante das condições de deficiência sensoriais ou físicas que apresentam.

No âmbito do Sistema de Bibliotecas, importante instrumento de acesso ao conhecimento e um dos pilares da formação profissional e da atividade acadêmica, a CEIn registrou a Comissão de Acessibilidade, que se propõe à definição de ações em busca da construção de bibliotecas acessíveis. Cons-

⁹ Essa disciplina passa a ter caráter obrigatório a partir do ajuste curricular dos cursos de Pedagogia (diurno e noturno).

¹⁰ Refiro-me aos estudos de mestrado e doutorado, intitulados Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Deficiência: estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior da Rede Pública de Fortaleza-Ce (2011), Direito à diferença: a inclusão de alunos com deficiência visual na UFC (2011) e Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Deficiência em Cursos das Ciências Exatas: estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior da Rede Pública de Fortaleza-Ceará realizados por Marta Cavalcante Benevides, Ana Cristina Silva Soares e Francisca Samara Teixeira Carvalho, respectivamente.

tituída por bibliotecários, a referida comissão desenvolve atividades tais como: levantamento acerca de bibliotecas que oferecem serviços ou produtos em atenção às pessoas com deficiência; análise da potencialidade de serviços em curso no Sistema de Bibliotecas, que podem ajudar na promoção da acessibilidade, como Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Livros Eletrônicos, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); diagnóstico das condições de acessibilidade física, tecnológica e de recursos humanos do Sistema de Bibliotecas, dentre outras.

Muito embora a UFC já venha desenvolvendo algumas ações que são favoráveis à condição de acessibilidade, as revelações resultantes dos referidos estudos e levantamentos apontavam para a urgência de proposições e efetivação de ações que: garantam a adequação de práticas e recursos pedagógicos que atendam às necessidades específicas dos estudantes; promovam a formação docente e do segmento técnico-administrativo e de serviços para a acessibilidade; estimulem a realização de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias assistivas; permita que, com autonomia, todos tenham o acesso ao conhecimento e à informação; e, ainda, a adequação dos ambientes e condições de trabalho.

Secretaria de Acessibilidade: Quem Somos?

Os estudos e levantamentos ora referidos acerca das condições da acessibilidade realizados pela CEIn alicerçaram a elaboração do documento *Políticas de Acessibilidade da UFC*, no qual são propostas políticas e estratégias de ação que permitam o acesso e a inclusão de alunos, docentes e servidores técnico-administrativos com deficiência, considerando-se as múltiplas dimensões da acessibilidade.

A apresentação do referido documento, que tinha como proposta primordial a criação de uma instância administrativa capaz de cuidar em definitivo da elaboração e condução de políticas de acessibilidade na Universidade, resultou na criação da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, por meio da Resolução nº 26, de agosto de 2010, do Conselho Universitário (CONSUNI). Essa decisão deu enorme relevância para a UFC, pois, pela primeira vez na história desta universidade, uma ação voltada à acessibilidade é institucionalizada por seu executivo maior, além da demonstração e disposição da Administração Superior para fazer acontecer a inclusão de pessoas com deficiência na UFC. Com objetivos de elaborar, executar e gerenciar ações, oferecer suporte às unidades acadêmicas e administrativas para a efetivação da acessibilidade, e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na UFC, a Secretaria tem como público-alvo todas as pessoas, sobretudo, as pessoas com deficiência integrantes da comunidade interna, acrescida das pessoas que usufruem de serviços por ela oferecidos, por meio de ações de extensão. A título de exemplificação de tais ações, destacam-se aquelas desenvolvidas pelos setores de saúde da UFC (serviços médico e odontológico).

Implantada em outubro de 2010, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, inicialmente constituída pela direção e pelo setor de apoio administrativo, conta com um Grupo de Trabalho composto por nove membros representantes de professores das mais variadas áreas de conhecimento, servidores e estudantes com deficiência. Esse grupo de assessoria permanente vem garantindo as realizações da Secretaria por meio da coordenação de programa de extensão e de projeto de monitoria de graduação, da oferta de serviços, das articulações intersetoriais, das mediações entre estudantes e coor-

denadores e/ou professores, dentre outras. Parte desse grupo orienta a equipe de estudantes bolsistas de graduação integrantes de projetos de bolsas¹¹ de Iniciação Acadêmica, Monitoria de Projetos e de Extensão, além de voluntários. Mais recentemente, com a atualização do Regimento Interno da UFC, foram acrescentados à estrutura da Secretaria mais quatro setores: assessoria a projetos arquitetônicos, acompanhamento a alunos, tecnologia assistiva e formação para acessibilidade. A equipe, a partir de maio do corrente ano, foi ampliada e está composta por dez servidores, sendo dois assistentes de administração, quatro tradutores e intérpretes, dois técnicos em informática, um técnico em multimídia e um técnico em assuntos educacionais¹².

No que diz respeito ao ingresso do segmento de estudantes com deficiência nos cursos de graduação na UFC, foi realizado um estudo¹³ acerca do ingresso dessas pessoas, no período de 2005 a 2009, por meio do concurso vestibular¹⁴. A partir das informações oferecidas pela Comissão de Concurso Vestibular (CCV) quanto às inscrições e resultados, foram construídas tabelas com dados quantitativos referentes à categorização dos alunos pela condição de deficiência, à identificação dos cursos por eles escolhidos e resultados finais dos concursos realizados. Desses registros, foi possível

¹¹ No total a equipe de bolsistas é composta por dezoito estudantes de graduação, sendo quatro bolsistas da Pró-Reitoria de Graduação, seis da Pró-Reitoria de Extensão e oito bolsistas de Iniciação Acadêmica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

¹² Esse quadro de servidores técnico-administrativos é parte das metas do Programa Viver Sem Limites, do governo federal (Decreto nº 7.612/2011), encontrando-se em processo o concurso para seleção de mais seis profissionais tradutores e intérpretes de Libras.

¹³ Estudo realizado e apresentado nos Encontros Universitários, em 2009, por Antônia Kátia Soares Maciel, bolsista de graduação do Projeto UFC Inclui UFC, sob a orientação da professora Vanda Magalhães Leitão.

¹⁴ A partir de 2010, a UFC passa a adotar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de ingresso de alunos em seus cursos de graduação.

perceber o crescimento da demanda de alunos com deficiência para os cursos de graduação, muito embora isto não corresponda ao efetivo ingresso. Em 2005, dos 31 candidatos inscritos no concurso vestibular, 4 foram aprovados; no ano de 2006, registram-se 48 inscrições e 3 aprovações; em 2007, dos 50 inscritos, 5 foram aprovados; no concurso vestibular de 2008, inscreveram-se 48 candidatos com deficiência e 2 foram aprovados; em 2009, último período em que o ingresso na UFC foi mediante o concurso vestibular, inscreveram-se 73 candidatos com deficiência, destes 24 foram aprovados para a segunda fase e 4 ingressaram nos cursos de graduação pretendidos. Dentre eles, 3 apresentavam deficiência visual e 1 deficiência física. Pode-se observar, ainda, que em sua maioria, a demanda se concentrava em cursos da área de Ciências Humanas como, Pedagogia, Letras, Ciências Sociais e Psicologia, além de algum interesse por Ciências Econômicas. Além destes cursos, há registro de ingresso de um aluno no curso de bacharelado em Química e um no curso de Farmácia.

Quanto ao contingente¹⁵ de alunos atualmente matriculados nos cursos da UFC, no censo realizado em fevereiro de 2011 e atualizado em julho de 2012¹⁶, há registro de 45 matrículas de alunos com deficiência nos cursos de Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Engenharia de Teleinformática, Engenharia de

¹⁵ Quanto ao quantitativo de servidores (técnicos e docentes) não se tem um dado confiável. Ao certo, há registro de um professor cego, três professores surdos, uma professora com deficiência física. Dentre os servidores técnicos, tem-se registro de um surdo. O cadastramento de servidores técnicos e docentes está em andamento sob a coordenação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Secretaria de Acessibilidade.

¹⁶ O referido censo foi realizado por autodeclaração do aluno no ato da matrícula e atualizado em julho de 2012 mediante informações obtidas diretamente nas coordenações de cursos.

Alimentação, Letras, Administração, Agronomia e Biblioteconomia da UFC, sendo uma delas no curso de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado). Dentre alunos ingressos nos cursos de graduação, nove têm cegueira ou baixa visão, dezesseis são surdos ou com audição reduzida, dezessete apresentam deficiências físicas diversas, um apresenta transtorno global do desenvolvimento e dois apresentam múltipla deficiência. Estes dados¹⁷ se alteram com o ingresso de 12 estudantes surdos no curso de Letras Libras, licenciatura presencial, implantado no segundo semestre de 2013, como mais uma ação afirmativa da UFC, e atendendo a metas do Plano Viver Sem Limites, há pouco referido.

A partir dos dados ora expostos e tendo-se como referência o universo de cerca de 2.500 matrículas nos cursos de graduação presencial da UFC, 45 alunos com deficiência representam 1,84% do total de alunos matriculados. Isto é um convite à reflexão em busca de identificar fatores que definem tal panorama. Certamente que são múltiplos esses fatores, entretanto, é razoável pensar que, dentre eles, podem ser considerados pelo menos dois. Em primeiro lugar, arrisco o destaque na qualidade das experiências de escolarização ofertada a esse contingente da população ao longo dos anos da educação básica. A historiografia revela que o atendimento educacional ofertado às crianças e jovens com deficiência, durante muito tempo, teve um forte caráter assistencialista com foco na reabilitação. Isto pode levar à suposição de que os projetos e programas da escolarização propriamente ditos foram negligenciados.

¹⁷ O último relatório com o quantitativo de alunos com deficiência autodeclarados fornecido pela Pró-Reitoria de Graduação em 2013 revela que são 218 alunos. Estes dados estão sendo conferidos pela equipe da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

Em segundo lugar, é possível uma reflexão acerca das condições oferecidas pelos mecanismos atuais utilizados para o ingresso de alunos no ensino superior. Apesar da dita garantia de recursos pedagógicos que atendam às necessidades singulares resultantes principalmente das deficiências sensoriais, tais instrumentos ainda parecem não satisfazer plenamente as necessidades demandadas. Quanto à condição de surdez, por exemplo, ainda há dificuldades, por parte das instâncias organizadoras de concurso, em reconhecer que a Libras é a primeira língua dessas pessoas e que a avaliação da sua produção textual em Língua Portuguesa deve levar em consideração que essa é a sua segunda língua.

Nossos Avanços

A partir de março de 2011, já devidamente instalada, a Secretaria passou a desenvolver ações, abrangendo as várias dimensões da acessibilidade e tomando como ponto de partida o estabelecido no documento *Políticas de Acessibilidade da UFC: propostas*, agregando alguns projetos de inclusão desenvolvidos por professores da UFC, membros do Grupo de Trabalho da Secretaria. Assim, iniciaram-se diálogos com as unidades acadêmicas e administrativas, na perspectiva de divulgar e discutir a política de acessibilidade da UFC, mas também no intuito de, numa abordagem interdisciplinar e inter-setorial, motivar a interlocução entre suas diversas unidades em busca do desenvolvimento da cultura de inclusão. Nesse sentido, a Secretaria, em busca de novos paradigmas que deem suporte à construção de uma cultura da inclusão na UFC, vem promovendo ações diversas para atender, prioritariamente, às demandas mais urgentes, consolidar projetos iniciados e propor a efetivação da Política de Acessibilidade na UFC.

No tocante à acessibilidade físico-arquitetônica¹⁸, observa-se a realização de adaptações de setores ou unidades acadêmicas, prioritariamente onde há alunos ou servidores com deficiência. Nesse âmbito, vale destacar o interesse dos gestores de unidades acadêmicas quanto ao atendimento aos itens de acessibilidade nos projetos e obras em desenvolvimento sob sua responsabilidade, ao convocarem a Secretaria para a realização de visitas técnicas com vistas à garantia de itens de acessibilidade em seus espaços físicos.

No tocante à acessibilidade na WEB, a Secretaria de Acessibilidade, em articulação com a Secretaria de Tecnologia da Informação, promoveu encontros e reuniões que culminaram com a realização do Treinamento em Acessibilidade na WEB¹⁹ em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Isto resultou na adoção de procedimentos tecnológicos que transformou o Portal da UFC²⁰ acessível a todos. Tornar os demais portais da UFC acessíveis é um projeto que está em andamento.

Ainda sobre o acesso ao conhecimento e à informação, o Sistema de Bibliotecas da UFC, com o apoio da Secretaria, vem aprimorando suas estratégias para tornar suas atuais unidades em “Bibliotecas Acessíveis”, atendendo ao aluno

¹⁸ Ação realizada pela Coordenadoria de Obras e Projetos, com assessoria da professora Zilsa Maria Pinto Santiago, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e membro integrante da Comissão de Trabalho da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlucui. Esta ação resultou num denso projeto de tornar acessíveis todos os ambientes da UFC, em Fortaleza, até o ano de 2016.

¹⁹ Referido treinamento, realizado na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), foi conduzido pela professora Andrea Polleto Sonza e equipe do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), e sob a coordenação local do professor José Marques Soares, professor do curso de Teleinformática e membro integrante da Comissão de Trabalho da Secretaria de Acessibilidade UFC.

²⁰ Ação realizada pela equipe da Diretoria de Portais Universitários da Secretaria de Tecnologia da Informação, sob a direção da técnica Emilia Maria Holanda Crispim Diógenes.

com deficiência no *campus* onde está situado o seu curso. Além disso, por meio da consolidação do serviço de digitalização de textos²¹ com audiodescrição de imagens para alunos cegos ou com baixa visão, aos poucos se amplia o “Acervo Acessível”, visando disponibilizar literatura científica aos usuários com deficiência visual. Para os usuários com surdez, a proposta é tornar disponíveis, de imediato, informações em Libras acerca dos serviços que a biblioteca oferece. Destaca-se, ainda no tocante à dimensão da acessibilidade à comunicação e à informação, a inserção de “janelas de Libras” nos programas produzidos pela equipe da UFCTV, que é uma ação em andamento.

Quanto à acessibilidade linguística, foram oferecidos cursos de Libras à comunidade universitária numa parceria com o curso de Letras-Libras, graduação a distância²², totalizando 49 turmas, visando à difusão dessa língua e à comunicação entre surdos e ouvintes. A oferta de profissionais tradutores e intérpretes²³ de Libras, que garante a acessibilidade na comunicação e na interação entre surdos e ouvintes, rompendo a barreira linguística, também é outra realidade na UFC.

²¹ Serviço coordenado pela bibliotecária Clemilda dos Santos Sousa, da Biblioteca de Ciências Humanas da UFC, e membro integrante da Comissão de Trabalho da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

²² Curso semipresencial de formação de professores para o ensino da Libras e de tradutores e intérpretes de Libras, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com 15 Instituições de Ensino Superior, dentre as quais a UFC foi uma delas. Em 2010, no polo da UFC, foram licenciados 47 professores para o ensino de Libras, dentre os quais, 44 são surdos. Em novembro do ano de 2012, licenciaram-se mais 22 professores, dentre eles, 20 surdos e 24 se graduaram em Tradução e Interpretação (Libras-Português-Libras).

²³ Nos anos de 2010 e 2011, a UFC contratou uma tradutora e intérprete de Libras. Em 2012, ingressou, por concurso público, a primeira tradutora e intérprete de Libras na UFC. Em 2013, mais três profissionais concursados assumiram esse cargo. A previsão é a de que, até início de 2014, a equipe de tradutores e intérpretes de Libras na UFC seja constituída por dez profissionais concursados.

A formação para a acessibilidade também é outra ação importante em desenvolvimento pela Secretaria. Nesse âmbito, registram-se a oferta de cursos de Sistema de Leitura e Escrita Braille, de Libras²⁴ e de Tecnologias Assistivas. Nessa perspectiva, a Secretaria participa efetivamente dos grandes eventos promovidos pela UFC, tais como os Seminários de Ambientação, Encontros Universitários e Feiras das Profissões, além dos Seminários de Gestão. Muito relevante é a criação, em dezembro de 2012, do curso de Licenciatura em Letras Libras, que tem como objetivo a formação de professores para o ensino de Libras como primeira e segunda língua. Essa é uma oferta com início em 2013.2 e que terá importante repercussão para a rede de educação básica e superior.

Balanco Parcial: Algumas Considerações

Os ecos das ações desenvolvidas pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui têm sido muitos e importantes. Grande parte das demandas que chegam à Secretaria é acolhida. Alunos, professores e servidores técnico-administrativos sistematicamente fazem suas solicitações, com a expectativa de que serão atendidos, muito embora se reconheça as fragilidades do processo de implantação da política de acessibilidade, tendo em vista o fato de que as demandas por acessibilidade na UFC são múltiplas e muitas.

Destacam-se, ainda, os frutos do convívio com as pessoas com deficiência, que é de fundamental importância para que se possa dimensionar as especificidades, necessidades, limites e possibilidades dessas pessoas. As interações com

²⁴ No período de 2008 a 2011, foram ofertadas, a alunos e servidores da UFC, 49 turmas de ensino de Libras, em parceria com o curso de licenciatura em Letras-Libras, graduação a distância.

elas propiciam aprendizados que os livros não oferecem e mobilizam nas pessoas mudanças em suas atitudes. Suas presenças, participando efetivamente dos diversos programas e projetos da UFC e da Secretaria de Acessibilidade, assim como de eventos acadêmicos, é essencial para a criação de uma cultura inclusiva. Estabelecer essa parceria com elas tem promovido aprendizados de enorme significação. É desse modo que passam a exercer a função de “facilitadoras da inclusão”, colaborando com a estruturação de um ambiente físico e socialmente acessível, além de suscitarem o desmantelamento dos mitos em torno das condições de deficiência que apresentam.

As experiências vividas ao longo desse curto período de três anos permitiram à equipe da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir realçar alguns aspectos, dentre os quais se destacam: as ações de acessibilidade são possíveis desde que se tenha vontade e decisão política; a afirmação das diferenças para transformar as barreiras em caminhos acessíveis; a concepção de que a inclusão social e educacional tem a ver com todos nós; a compreensão de que o processo de inclusão é “caminho de mão dupla”, no qual os segmentos com e sem deficiência devem estar organicamente implicados; e finalmente, reconhecer e aceitar os limites como possibilidade de transpô-los, assimilando a perspectiva conceitual que Vygotsky (1985) oferece acerca do fenômeno da compensação.

Ainda se tem muitas lições a serem incorporadas. É preciso avaliar valores e estar disponível às oportunidades de aprender uns com os outros. Afinal, somos todos seres em formação, portanto passíveis de transformações favoráveis a convivências respeitosas frente às diferenças e singularidades humanas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência (2007)*. Protocolo facultativo à Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência: Decreto legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2011.

LEITÃO, V. M. (Coord.). *Política de acessibilidade na UFC: propostas*. Texto impresso apresentado à Administração Superior da UFC, em agosto de 2010.

_____. *Instituições, campanhas e lutas: história da educação especial no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba-SP, v. 1, n 2 , p. 65-73, 1994.

VYGOTSKY, L. S. El defecto y la compensación. In: Obras Completas. *Fundamentos de defectologia*. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1985.